ATA N.º 1571/13

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, reuniu-se o Legislativo Municipal, em Sessão Ordinária, presidida pela Vereadora Rosemari Almeida (PP) e secretariada pelo Vereador Márcio Miguel Müller (PTB); presentes os demais Vereadores: Ari Arnaldo Müller (PDT), Carlos Einar de Mello – Naná (PP), Dorivaldo da Silva – Dorinho (PDT), Gustavo Zanatta (PP), Joacir Vanderlei Menezes da Silva (PMDB), Marcos Roberto Gehlen – Tuco (PT), Renato Antônio Kranz (PMDB) e Roberto Braatz (PDT). Às dezenove horas e cinco minutos, a Presidência abriu os trabalhos e solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do salmo bíblico e do Resumo da Ordem do Dia da Ata anterior – 1570/13 – que foi devidamente aprovada. Após, foi lido o Expediente e dado seu destino. *Em prosseguimento, teve início a Hora dos Oradores.* O primeiro a se manifestar foi o **Vereador Marcos Gehlen,** *nos seguintes termos*: Tratei deste tema semana passada: a Educação no nosso Município. Inclusive, me manifestei sobre o texto que havia escrito para minha coluna no jornal Ibiá, semana passada, com o título: "Educação em foco". Naquela semana tivemos uma reunião aqui, onde esteve presente o Vice-Prefeito Luiz Américo Alves Aldana, o qual nos trouxe números alarmantes, contraditos por alguns atores, mas o fato é que o número que ele trouxe foi aquele: setecentas e quarenta e uma crianças aguardando uma vaga na Educação Infantil. Se as contas estão erradas, e por vezes as contas saem erradas, não sei, mas é um número oficial que o Secretário trouxe para nós, extremamente alarmante, sobretudo, quando também já pautamos a questão da Escola Professora Emma Ramos de Moraes, ainda sem conclusão, sem ser entregue para o Município. Hoje pela manhã tivemos mais uma reunião nesta Casa versando sobre o mesmo tema: a Educação no município de Montenegro. Semana passada, visitei a Escola Esperança e fiquei mais uma vez assustado com o tamanho do brejo, não dos arbustos, da grama, é do brejo mesmo, que chega a ter quase um metro de altura. Sabemos que no Município tem várias escolas com problemas: barrancos caindo e outros serviços por serem feitos. Nosso mandato, ainda na pessoa do suplente, Professor Ricardo Kraemer, requereu esta reunião e obviamente que acompanhei estes passos, e hoje pela manhã a reunião aconteceu. Por incrível que pareça, o Secretário de Educação não compareceu. Temos que destacar a participação da Iara Goulart Freitas, Chefe da Guarda Municipal, a única pessoa do Executivo que compareceu, creio que por sua conta e risco. Nossa reunião acabou sendo produtiva porque discutimos bastante com os Vereadores, com o Conselho Tutelar e com a própria Guarda Municipal. O que eu queria saber? Como o Município está se preparando para receber nossas crianças e adolescentes nesta volta às aulas, que segunda-feira inicia, pois em algumas escolas do Município dia dezenove já iniciam as aulas. Causou-me uma surpresa ainda maior quando recebi o convite para a solenidade de abertura do ano letivo no Município, dia vinte e um, mas mandado o ofício pelo Prefeito, com a anuência do Secretário da Educação, que não esteve em nossa reunião, mas fazendo a abertura do ano letivo em uma escola privada. Também chama a atenção. E não é aqui acepção, discriminação, mas por que numa escola privada, por que não em uma escola do

Município? E, sobretudo, porque não vieram à nossa reunião? Ficou combinado que o resultado da discussão de hoje seria enviada resenha para todos os convidados e ficou marcada uma nova reunião para a semana que vem. Espero que desta vez a Administração se faça presente, participe da reunião, porque estamos aqui para contribuir, afinal de contas, é nossa preocupação o bem-estar das nossas crianças, que outrora foram também alvo de intervenções desta Casa, de alguns Vereadores. É um tema que continuaremos trabalhando. Repito que espero que na próxima semana o Executivo venha, sobretudo na pessoa do Secretário de Educação e Cultura, para a gente saber como o Município está pensando a respeito disto. Sabemos que no passado isto era muito criticado: se inauguravam obras antes delas estarem prontas. Sobre a possível aprovação na noite de hoje do projeto que apresentei na Casa, semana passada, que teve aprovação unânime na Comissão Geral de Pareceres–CGP, que institui a Semana da Mulher Montenegrina, a qual tenho certeza vai ser um marco na história da luta feminista da cidade, porque levantamos os dados estatísticos da cidade na Delegacia de Polícia: todos os dias, dos trezentos e sessenta e cinco dias do ano, em torno de duas ou mais mulheres são agredidas em Montenegro. Isso, obviamente, o que é registrado, pois sabemos que a maioria não registra porque "o marido vai mudar", "o amante vai mudar", "ele vai mudar, ele me ama, só me bateu porque eu disse não". Queremos travar aqui um marco na história de Montenegro, para que o Dia Internacional da Mulher, comemorado em oito de março, não seja apenas um dia de se dar rosas às mulheres, mas que a Semana seja uma semana inteira de debate e, principalmente, que ao final dos debates possam ser formatadas políticas públicas para essas mulheres, para que tenhamos de fato uma sociedade justa, educada, culta e que valorize as diferenças de gênero, de raça, de cor, etc. Para encerrar, trago um assunto que foi capa do jornal Ibiá de ontem, um assunto recorrente, extremamente degradante para a cidade: "Situação degradante no Loteamento Bela Vista". Desde os idos de dois mil e dez, quando se iniciaram as tratativas para a implantação do Programa de Habitação Social–PHS, acompanhava esse processo e via que alguma coisa não estava a contento: a qualidade dos materiais lá empregados, a mão de obra, o jeito como era feito. O Vereador Dorinho acompanhou bem de perto, sabe do que estou falando. Quando as famílias foram para lá transferidas, imediatamente iniciaram-se os problemas. As casas começaram a ter problemas de esgotamento, rachaduras, falta de materiais, de forro e de vidro, portas internas que foram colocadas externamente. O Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública, que em primeira instância não teve êxito, não obteve liminar da Justiça, em segunda instância não teve liminar da Justiça. Diversas vezes, de forma isolada, alguns Vereadores visitaram aquele local. Fui um destes e vi a degradação, a falta de dignidade com que aquelas pessoas estão sobrevivendo. Hoje, após a notícia no jornal, reunimos a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos-CCDH desta Casa, combinamos de fazer uma visita coletiva ao local e estivemos lá. Nem todos os Vereadores puderam comparecer, devido às suas atividades. Trago a público a decisão que tomamos. Estamos puxando novamente um movimento que acreditamos ser extremamente importante, desafiador, corajoso e fundamental para que este caso seja levado a

sério: estou entrando com requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito–CPI nesta Casa, para a qual quero pedir o apoio de todos os Vereadores. Já conversei com os Vereadores da CCDH, que manifestaram seu apoio. Provavelmente, diferente do que aconteceu no passado com uma proposição nossa, quando queríamos instalar a CPI da Saúde no Município, precisávamos de quatro votos e tivemos apenas três, desta vez acredito que vamos lograr êxito e instaurar esta Comissão que tem, a partir de sua instauração, atribuição, poder de investigação, poder de convocação para depoimento, poder de requisição de documentação, ao final dos trabalhos corroborarem com o trabalho da Justiça e cobrarem uma ação do Poder Judiciário, que ora se mostra silente, se mostra moroso. O Ministério Público fez a provocação e não foi atendido. Convido os senhores, aqueles que não foram ainda porque a situação, a cada dia que passa, é pior, se agrava. Para andar de carro nas ruas do loteamento, na parte do PSH, é praticamente impossível nos dias de hoje. As pessoas convivem com o lixo, porque havia o projeto de instalação de um galpão de reciclagem naquela área, que também não foi feito. Penso que a instauração da CPI aqui nesta Casa vai contribuir, e muito, porque precisamos cobrar, responsabilizar aqueles que têm o dever de entregar aquela obra em condições para as pessoas, e que tem de responder por todo este desleixo que aconteceu no PSH. Não podemos compactuar com a favelização daquelas pessoas, ferindo a dignidade da pessoa humana, sendo nós representantes da população e, sobretudo, membro desta Comissão que se diz de cidadania e direitos humanos. **Vereador Dorivaldo da Silva:** Venho à Tribuna para falar de um trabalho que tive o prazer de ver. Sábado passado estive no Morro dos Cavalos e vi o trabalho feito por um prefeito que nunca foi político, Prefeito Vanderlei Markus, de Paverama. Impressionou-me o que ele fez em um mês e pouco nas estradas de Cabriúva, Morros dos Cavalos. Tive o prazer de conhecer o Prefeito e o Secretário. O Prefeito estava em uma patrola, o cara não estava fazendo como ele pediu; ele pediu licença e mostrou como ele queria. Ele nunca foi vereador, nem político; concorreu a prefeito, ganhou e fez um trabalho para muita gente copiar. Disse para ele que fiquei com ciúmes. Ele fez levante em todas as estradas, fez valetas com quase um metro de fundura nas laterais e alimentou com saibro, emparelhou os barrancos. Disse que faria este registro para tentarmos levar para o nosso interior, Vereador Ari, um trabalho tão bem feito. É um trabalho de outra cidade, mas que merece o nosso reconhecimento. Fiz uma indicação para quando for realizada alguma festa no interior, que a Prefeitura faça uma semana antes. Às vezes fazem no dia, como aconteceu na festa do Morro dos Cavalos, foi feito na sexta-feira e deu temporal no sábado. Para chegar à festa foi um sacrifício, com carros nas valetas. Fazendo uma semana antes dá tempo para a estrada. Dizer ao Vereador Tuco, faço parte da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, não pude ir, pois estou com minha mulher no hospital, mas sou um parceiro. Sei como foi feito aquilo lá, trabalhei dois anos naquele loteamento. Os canos daquela instalação são canos de cem milímetros, daquele que amassa com a terra. Por isso que tem os entupimentos, sempre alaga. Quem vai lá, volta comovido com a situação. Conforme a quadra, virou só lixo, pedra solta de calçamento. Tem lugar que nem carroça passa. Tomara que consigamos, juntos,

fazer alguma coisa. Lembro que trabalhei dois anos e dez meses, carregando albergado e fazendo só alicerce. Nunca vi alguém fiscalizando alguma coisa. Se há culpados, há muitos culpados. Não estou aqui para julgar ninguém, estamos aqui para arrumar uma solução. Já fiz pedido outras vezes, outros vereadores fizeram, que é ali na entrada dos Trilhos, quem vai para o Mutirão; ali tem um buraco que está virado numa piscina, não tem como entrar. Fiz um pedido de providências para ver se colocam um saibro pelo menos na entrada. Que o nosso Secretário possa dar uma patrolada nos Trilhos, pois todos que passam estão vendo as dificuldades dessa região, que está muito esburacada. **Vereador Roberto Braatz:** O Primeiro Secretário leu uma correspondência do Executivo tratando da abertura do ano letivo, para o dia vinte e um de fevereiro, próxima quinta-feira, às vinte horas. Antes de entrar em férias apresentei um pedido de providências relativo ao retelhamento do ginásio da Escola Municipal de Educação Fundamental José Pedro Steigleder. Aproximadamente vinte telhas foram arrancadas por um temporal e que precisam ser repostas para que as crianças possam ter as suas atividades de educação física. Como está, não pode utilizar, e não só em dias de chuva, porque é um risco, o que ficou pode ainda cair. Passou esse período em que me afastei e até agora nada foi feito. Estive pessoalmente com o Secretário Municipal de Educação e ele me disse que iria tomar as devidas providências para que no início do ano letivo aquelas crianças, pais, funcionários, enxerguem uma nova realidade, e não a atual, que está para completar doze meses. Não é possível nossa Administração, pois nós somos diferentes. Iniciar o ano letivo naquela Escola com uma marca, dizendo: "Nós vamos começar com regularidade aqui", pois, será que está regular aquela situação? Não teria que haver uma intervenção na escola? Porque uma prática necessária como a educação física não pode ser feita num espaço adequado, destinado para tanto. Isso é um crime para com as crianças, que são centenas, porque é a maior escola municipal de Montenegro, onde tem a maior quantidade de alunos. *Em aparte, o Vereador Ari Müller:* Somo-me ao senhor e o convido para juntos irmos ao Prefeito na próxima semana, ou até mesmo amanhã, e solicitar isso aí. É uma vergonha o que aconteceu ali: tanto tempo e tão poucas telhas. Sou seu parceiro para que seja realizado o mais rápido possível. *O orador retoma a palavra:* Essa situação ocorreu no semestre passado. No dia três de setembro, na Sala de Reuniões, fizemos um encontro com a Administração, com dois professores indicados pela direção da Escola. Ninguém da SMEC esteve presente. No início do ano passei ali e a situação é a mesma, ou seja, nada foi feito. Encaminhei isso por meio de pedido de providências, Vereador Ari. Isso bate lá na mesa do Prefeito. Encaminhei ao titular da SMEC, Secretário Luiz Aldana. O que a Administração tem que demonstrar? Nós somos diferentes. E ser diferente é fazer o quê? É colocar as telhas que estão faltando, é isso que tem que fazer, não existe outra medida que não seja essa. É inaceitável a situação. Gostaria de, no dia vinte, data da abertura, ouvir o anúncio do titular da SMEC, e o Prefeito estará junto, de que foi feito o trabalho. Espero esse anúncio para mostrarmos a diferença. Não é um grande custo e existe tempo hábil para isso. Agora é uma questão de ter a vontade de fazer e enxergar isso como uma necessidade imperiosa. Setenta e cinco alunos por turno e são quatro turnos. Portanto, em

torno de trezentos alunos por manhã deixam de ter atividades ali. E quando chove? As crianças ficam confinadas dentro dos corredores. Não existe uma desculpa convincente que defenda a permanência dessa situação. Outro assunto que demanda minha vinda à Tribuna, diz respeito à Rua Cel. Álvaro de Moraes, o brejo que já ultrapassou a calçada. Os galhos já estão sobre a calçada e sobre a rua. O risco iminente de um acidente envolvendo um ciclista ou um motociclista não é nada desprezível, pelo contrário. Quem vai pagar essa conta, se isso vier a acontecer? Somos todos nós, pois demandará contra o poder público. Falei disso na Tribuna, tenho os ouvintes por parte da Administração, que nos ouvem, nos assistem; tem os "escutas" da Administração. Pior do que isso, Vereador Naná. O Senhor foi citado em uma coluna do Chefe do Gabinete da atual Administração, culpando-o por ter parado o serviço da limpeza do talude. Quantas pessoas estavam trabalhando eu não sei, mas a metade delas seria suficiente para, uma vez determinada a suspensão por parte do DEFAP, deslocar aquele pessoal para fazer aquilo ali. Bastava caminhar ali e caminhando fazer a limpeza. E não fizeram. Passem por ali. Até durante o dia está ficando perigoso caminhar por aquele trecho. A calçada, pelo lado esquerdo de quem vai daqui para lá, está tomado de umas bolinhas que caem das árvores e pessoas já caíram por conta disso. Ao caminhar, dão uma passada mais larga, escorregam e caem. E isso por falta de limpeza de um espaço que é público. É espaço para as pessoas fazerem suas caminhadas, bem como para aquelas pessoas que trabalham na empresa Tanac. *Em aparte, o Vereador Márcio Müller:* Faz umas três semanas que fiz um pedido de providências no mesmo sentido para que fosse limpa essa área da Rua Cel. Álvaro de Moraes, porque do lado direito de quem vai daqui para lá não se consegue caminhar; do lado esquerdo está ficando com o mesmo problema. Talvez agora com a Festa Municipal do Peixe serão obrigados a cortar, para ficar bonito para o pessoal de fora que vem. *O orador retoma a palavra:* Não devemos esperar ter uma festa fazer isso. É como com uma estrada. Vou arrumar uma estrada porque vai ocorrer uma festa em Bom Jardim do Caí, em Serra Velha. Não, tem que ser algo permanente. Isso tem que ser alvo de uma ação proativa e não esperar que algo aconteça algo de negativo a um cidadão. Estamos vendo algumas guerras no nosso país. Tem duas guerras que estão acontecendo no sul do país, em Santa Catarina – SC e no Rio Grande do Sul–RS. A bandidagem está dizendo a um Estado: "Eu sou mais forte do que vocês". Não se atacou de maneira contundente essas quadrilhas que estão atacando os bancos. Muitas vezes se diz: "Ah, mas os bancos têm muito dinheiro". Não é isso. Muitas vezes os bancos estão em um espaço em que há apartamentos, em que na frente passam pessoas, que estão sendo tomadas como reféns. O problema não são os bancos; o problema são os outros. O Estado do RS está perdendo essa guerra. Felizmente quatro bandidos foram tirados de circulação, quatro lixos humanos a menos. Tem um detalhe: a bandidagem vê que tem uns caras conseguindo êxito; então, o seguinte, "eu também vou tentar. Hoje estou roubando apenas um 'carrinho', daqui a pouco vou me aventurar em coisa maior". E acaba se deslocando aquele outro grupo e criando o seu grupo, porque vê que está dando certo. E isso porque a inteligência está sendo inoperante no Estado do RS. Nós estamos "glamourizando" a

bandidagem, os "coitadizando", eles são coitadinhos. O Estado de SC é outro caso, está sucumbindo. Está na hora desses dois Estados, seus governadores, agirem com mais força, energia e determinação em defesa do cidadão de bem, que é a maioria expressiva da nossa população. **Vereador Renato Kranz:** Há pouco, o Vereador Roberto falou sobre a questão da bandidagem, principalmente nos dois estados do Sul: Santa Catarina, em que estamos assistindo diariamente, e aqui no Rio Grande do Sul, principalmente com relação aos bancos. Estou empreendendo uma luta, na qual o Vereador Tuco é parceiro, assim como todos os Vereadores, quanto à necessidade urgente do Município instalar as câmeras de videomonitoramento. Em artigo que escrevi para o jornal Ibiá há três, quatro semanas, me manifestei a respeito deste tema, quando o Prefeito declarou à imprensa local que queria rever o processo licitatório feito pela Administração anterior para o projeto e também para contratação para a instalação das câmeras de videomonitoramento em nossa cidade, em pontos estratégicos apontados pela Brigada Militar, como sendo aqueles em que há necessidade de uma vigilância, para que se possa ter controle às vinte e quatro horas do dia daqueles que entram e saem da cidade, para que o cidadão montenegrino possa ter mais segurança. Projeto desenvolvido por uma empresa que desenvolveu o melhor e o maior projeto de segurança pública de videomonitoramento no estado do Rio Grande do Sul, que foi no município de Canoas. Esta empresa entregou o projeto para Montenegro e este projeto licitado, que deveria estar pronto, instaladas as câmeras, pois o projeto previa que em janeiro ou fevereiro as câmeras deveriam estar instaladas e já no mês de março estariam sendo operacionalizadas pelo 5.º BPM- Quinto Batalhão de Polícia Militar. Pelo que me parece, nosso Prefeito ainda está revisando. Pediria, pelo clamor público, pela segurança do povo desta cidade. Depois não adianta lamentarmos que um banco foi explodido. Não adianta lamentarmos depois que morreram pessoas por perseguição na rua aos bandidos. Eles vão fugir porque não temos as câmeras de videomonitoramento nas saídas da nossa cidade. Peço aos Senhores Vereadores, à comunidade montenegrina que está assistindo a transmissão da sessão, à imprensa montenegrina, que abram o site da Prefeitura, no setor Licitações dois mil e doze – Pregão Presencial número sessenta e um. Lá, todos nós temos possibilidade de conhecer este projeto e saberemos onde as treze câmeras serão instaladas. São equipamentos de ponta, de altíssima tecnologia. Mesmo que se diga que o custo é elevado, mas o que vale mais? Vidas humanas sendo preservadas ou um projeto aprovado, tecnicamente viável, licitado, público e que está sendo negada a sua instalação no Município? São mais de cento e sessenta páginas, mas vale a pena olhar, ver a segurança que o nosso Município terá com o videomonitoramento e a tecnologia que está sendo usada neste sistema. *Em aparte, o Vereador Roberto Braatz:* Sua preocupação é muito interessante, oportuna. Concordo plenamente quando envolve segurança que temos que bradar de forma veemente. Entretanto, trago à luz o ano de dois mil e sete, quando promovemos neste mesmo espaço um encontro, para o qual foi convidado formalmente o Executivo, junto com um pessoal de Novo Hamburgo que havia conquistado verba federal, para nos irmanarmos, aprendermos com eles o caminho das pedras para conseguirmos recursos para câmeras de

videomonitoramento. Quantas pessoas da Administração compareceram à época, para demonstrar a importância deste fato? Zero! Nenhuma. Certamente, se tivessem vindo aqui e aprendido, já teríamos as câmeras de videomonitoramento. Infelizmente, não quiseram aprender, não quiseram vir, e até hoje estamos sem as câmeras. Isto é uma questão de história, de verdade, de lamentar porque este fato lamentável aconteceu no passado. *O orador retoma a palavra:* Acho importante a gente buscar a história e relembrar também que o Consórcio Regional encaminhou um projeto de videomonitoramento à Brasília feito, organizado, planejado pela então assessora do Consórcio e atual Secretária Municipal de Gestão e Planejamento do Município, Kellen Mattos, projeto que esteve em Brasília com o então Ministro da Justiça e hoje Governador do Estado, Tarso Genro. Está na imprensa, porque ela guarda a história: então presidente do Consórcio, o Prefeito de São Pedro da Serra esteve em Brasília para averiguar o tal projeto de videomonitoramento do Vale do Caí, onde Montenegro estava incluído. Por isso, é importante dizer também que Montenegro não fez o projeto para si, porque estava incluído num projeto maior, que abrangia todo o Vale do Caí. O projeto estava em Brasília, arquivado pelo Ministro Tarso Genro, por insuficiência de dados. A partir dali a Administração anterior procurou fazer, e está licitado. Acho que o mais importante é isto que temos que discutir: o projeto está licitado, está pronto, a sua implantação é urgente, porque depois das mortes acontecerem na cidade por falta de segurança vamos chorar as vidas perdidas, e não podemos mais deixar isto acontecer. Fiz o pedido de informação ao governo municipal a respeito das câmeras de videomonitoramento. Senhora Presidenta, recebemos e está na sua mesa, está comigo também, uma cópia da resposta feita por um Procurador do Município, Luís Augusto Hoerlle, ele faz um apanhado da legalidade do Município em rever os seus atos, nós não perguntamos isso, nós lá perguntamos, que o Prefeito se manifestou publicamente a respeito de um projeto de videomonitoramento que ele estaria implantando na nossa cidade, outro! Não aquele que está licitado. E, nós perguntamos ao senhor Prefeito, qual é o projeto que ele tem? Que nos apresente. Qual a empresa que executou o projeto? Ele tem um laudo, existe um laudo? A Brigada Militar está sabendo desta alteração que o Prefeito estaria fazendo? Foi respondido que o Prefeito, a qualquer momento, tem o direito de rever seus atos. Perfeito, ninguém perguntou e ninguém contesta isso. Mas quando se coloca em cargos públicos apenas pessoas, não por capacidade técnica, mas porque fizeram campanha, aí você tem uma resposta desta envergadura, desta capacidade. Esse senhor, Procurador, no mínimo não gostava da professora de matemática, ou quando tinha aula de matemática ele não comparecia à aula, e também, o senhor, Vereador Braatz, que é advogado, não sei se no curso de Direito existe a cadeira chamada lógica, ao menos na faculdade de filosofia e de psicologia tínhamos uma cadeira chamada lógica. As coisas precisam ter lógica, não se inventa nada. E esse cidadão, ao dar a resposta, e por isso nós estamos entrando novamente com pedido de informação, porque não cumpriu o que diz a Lei Orgânica do Município, artigo quinze diz: "Compete a Câmara Municipal", inciso dezoito: "Solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à Administração". Solicitamos e não foi respondido. Se não

tinha tempo para responder ainda vinha o parágrafo primeiro da Lei Orgânica, do artigo quinze, inciso vigésimo quarto, que poderia pedir mais tempo, não pediu. Portanto, vamos entrar com novo pedido, porque, primeiro, com certeza o Procurador não leu o edital, porque o edital fala em preço global e ele dá uma resposta fajuta de preço por item. Imagina a Prefeitura contratar um sistema de videomonitoramento, a câmera uma empresa vai colocar, o software de outra empresa, várias empresas. Seria colocar o motor do fusquinha em cima de uma Ferrari, o que teríamos? Absolutamente nada, nada de segurança para a nossa população. **Vereadora Rosemari Almeida:** Inicio tratando de um pedido de informação que fiz nesta noite. Fui surpreendida, no último dia oito, quando recebi um email da Diretora de Licitações da Prefeitura, Roseméri Pires Campos, informando sobre a revogação da concorrência n.º 1912, referente à contratação de instituição financeira. Também saiu no jornal: "Anulada a venda da folha de pagamento da Prefeitura". Fiquei surpresa e considerei uma falta de respeito com o Poder Legislativo, pois a Câmara está incluída naquela licitação também. O mínimo era que tivessem feito um contato e nos consultassem, no caso da revogação. Essa licitação é Prefeitura e Câmara de Vereadores. Isso aqui não foi inventado de última hora. Volto no tempo, Vereador Tuco, o senhor era Presidente. No dia vinte e oito de junho, o senhor fez a seguinte correspondência para a Prefeitura: "Excelentíssimo Senhor Prefeito: Tendo em vista a necessidade do Legislativo em licitar sua folha de pagamento, e, uma vez que o Executivo está providenciando Edital com tal objetivo, solicitamos a inclusão da folha de pagamento deste Legislativo ao referido processo, evitando, com isso, além da duplicidade de procedimentos, gastos com publicações. Segue cópia de consulta à DPM. Cabe salientar que tal assunto requer certa urgência, uma vez que a minuta de Edital se encontra na Procuradoria Geral para despacho e, após, publicação". Preocupados com o tempo, o nosso Presidente, em junho, pediu essa inclusão. Veio a resposta do Executivo, em dezesseis de julho, já que tinha feito contato com a Secretaria Municipal da Fazenda–SMF, e visando a inclusão do Legislativo na folha de pagamento, dizendo que fomos incluídos. Processo licitatório andando, houve vencedor, houve homologação da licitação. A Caixa Econômica Federal–CEF comprou pelo valor de um milhão e seiscentos mil reais, que entrariam nos cofres públicos. No início do mandato, quando fui até a Prefeitura, na SMF, me encontrei com o Prefeito Paulo Azeredo, no dia três de janeiro, e ele me disse: "Presidenta, se prepare que nos próximos dias assinaremos o contrato com a CEF, porque a Câmara está junto". Quatro contatos da Secretária-Geral da Casa, Maria Cristina Moysés, fez com o Executivo, perguntando quando a Presidenta teria que assinar o contrato. Uma total falta de respeito, nós dentro do processo, ninguém nos consultou de nada, se concordávamos ou não com essa revogação, em que foi alegado contrariedade ao interesse público. *Em aparte, o Vereador Ari Müller:* Na época, alguém foi consultado? Como foi feita essa venda da folha de pagamento da Câmara para a CEF? Para mim é surpresa, porque isso não foi discutido, que a folha daqui seria vendida para a CEF. Fiquei sabendo depois. *A oradora retoma a palavra:* Lamento que o senhor não saiba disso. Até me dirigi aos novos que talvez não soubessem. Mas este não é o momento, depois o senhor converse com o

Presidente da Casa, pois o senhor deveria saber como os outros sabiam. Simplesmente revogaram por contrariar o interesse público. Entrei com um pedido de informação, em questão de respeito com meus nove colegas Vereadores, pois aqui somos dez pessoas que não fomos consultadas sobre isso. Que assim como eu esperava assinar um contrato, que me chamassem ou qualquer um dos senhores, para dizer que iriam revogar e por quê. Vereador Ari, se o senhor não sabia da venda, fique atento agora. Essa licitação foi homologada. Vai abrir nova licitação. Se o preço for inferior a um milhão e seiscentos mil reais, o senhor sabe o que isso significa? Renúncia de receita. Havia uma licitação homologada com garantia de entrada nos cofres públicos de um milhão e seiscentos mil reais. Se houver na licitação um ganhador com preço abaixo disso, o Prefeito Paulo Azeredo estará renunciando receita. Isso significa improbidade administrativa. Fiquem atentos para que ninguém venha dizer depois que não sabia. Está se encaminhando para improbidade administrativa. Vamos ver o valor, porque o segundo colocado, me parece, ficou em quinhentos mil reais, muito diferente daquele valor. Vamos aguardar a resposta e ficarmos alertas. Vereador Dorinho, o senhor que trabalhou na Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social–SMHAD e fiquei muito preocupada. No facebook, redes sociais, já anda o assunto e vieram falar comigo também. Sempre antes de afirmar eu prefiro perguntar. O pedido de informação é a ferramenta que nós temos, que a lei nos assegura. Quando não nos respondem condizentemente como nós esperamos, se pergunta de novo, e depois se vai a instâncias judiciais. Nós vamos atrás disso. Tenho informações de que no final do ano foram adquiridos muitos materiais, no banco de materiais, lá da SMHAD. Todos sabem que o banco de materiais é para algum sinistro que venha a acontecer. Quando um cidadão tem alguma dificuldade, num incêndio, numa enxurrada, num infortúnio desses, perca a sua casa ou parte dela, ele tem onde procurar. Agora não é sair utilizando o material lá da SMHAD para distribuir assim. Sabe quem é que determina? Existe um Conselho Municipal de Habitação, que tem regras para essa distribuição, que organiza visitas de assistentes sociais e arquiteta para ver da necessidade. Após isso se tem a decisão. Perguntei sobre a relação dos materiais que foi deixada pela Administração anterior, se foi utilizada alguma coisa desse material agora por esta Administração, e onde foi utilizado. Quero ter esta resposta, se foi utilizado, onde foi, que coloquem no papel, porque, segundo o que anda circulando, teria sido colocado lá na pista de rodeio do Parque Centenário. Daí fugiu completamente da SMHAD e eu não vou me calar diante disso. Não é dizer "esse material é nosso e nós utilizamos". Prefeitura não é a casa da mãe Joana. Existe uma estrutura organizacional que tem que ser seguida. O Conselho tem poder para isso. Estou aguardando ansiosamente sobre a folha de pagamento, onde contrariou o interesse público, e a informação se realmente pegaram o material. Prefiro não acusar; quero saber a verdade e essa é a ferramenta que temos para saber da verdade. Tem outro assunto, o qual lamentei mais ainda: "Prefeito muda projeto e cancela ampliação da Biblioteca". Algum dos senhores visitou a instalação, lá no Parque Centenário, onde está o acervo da Biblioteca? Fiquei chocada. Não estou dizendo se aquele valor é muito alto ou não; estou falando nas ações. Não é pouco

dinheiro que vai resolver lá. Tem que mexer em todo piso, na estrutura que tem rachaduras enormes, no forro que tem que ser trocado. Eu trabalhei na Biblioteca e segurei sombrinha uma tarde toda lá dentro porque não consegui mais trabalhar na minha mesa. Ninguém me disse isso, eu trabalhei lá. *Em aparte, o Vereador Renato Kranz:* O projeto é ampliação, por falta de espaço, a reforma completa dos dois pisos, além da substituição de todo telhado. Fazer "meia-sola" não vai resolver. *A oradora retoma a palavra:* Considero que os servidores da Biblioteca Municipal estejam enlutados, pelo menos no coração, depois do que foi dito. Isto foi uma afronta, o que está escrito em reportagem do Jornal Ibiá: "Para atingir esse objetivo [*redução dos custos previstos*], a Administração decidiu que não fará mais a ampliação do segundo pavimento do prédio. Pelo contrato, essa estrutura teria um avanço sobre o corredor externo que liga as ruas Capitão Cruz e Capitão Porfírio. O prefeito entende que essa medida onera demais os custos, sem um grande ganho físico e estético para as instalações. No governo anterior, a falta de espaço para acomodar o acervo foi usada como justificativa para essa ampliação. O novo prefeito diz que o problema não é espaço, mas o mau uso da estrutura física disponível". Eu acho que ele nunca entrou na Biblioteca, ele não conhece o que tem lá dentro. Mau uso! Não tinha mais lugar para colocar mais nada lá dentro. E continua: "Segundo Paulo Azeredo, ao longo dos anos, a Biblioteca Pública se tornou um grande depósito, onde há, inclusive, salas ocupadas para a guarda de grandes quantidades de material de limpeza, estruturas usadas durante a Feira do Livro, equipamentos de som e móveis sem utilidade". Não é verdade. Os materiais de limpeza são guardados em uma despensa pequena com todo o material. Ele não foi lá, não viu isso! Estrutura de Feira de Livro que tem lá são alguns baldes que foram levados para a Praça, guardados num cantinho, e uma caixa com fios elétricos. É como se estivessem dizendo: "Como são desorganizados". É uma ofensa. Aquele espaço cultural, aonde as pessoas vão, não para matar tempo, mas para pesquisar e trabalhar. Continua: "'Precisamos é racionalizar o uso desses espaços, deixando na Biblioteca apenas o que precisa ficar ali', defende o prefeito". Tudo que tem lá é utilizado, posso assegurar isso. Volto nas Explicações Pessoais, porque o que eu vi hoje lá é muito grave e espero que o Prefeito vá lá amanhã verificar o que está acontecendo. *Encerrada a Hora dos Oradores, a Presidenta determinou que se prosseguisse a Sessão com a Ordem do Dia, pedindo ao Secretário que fizesse a leitura da matéria a ser votada:* 1. *Pedido de Informação n.º 28/13, do Vereador Renato Kranz*: Em matéria veiculada no jornal Ibiá: "Para Azeredo, desvios de função não são ilegais", o Prefeito afirma que, na Administração passada, um operador de máquinas trabalhou como motorista do Prefeito. Qual o nome do operador de máquinas e em que período exerceu a função de motorista? *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Que o atual Prefeito diga para a comunidade qual é esse servidor, esse operador que esteve em desvio de função, porque no momento que ele não declara, recai sobre todos os operadores do Município a possibilidade de ser um deles, todos ficam suspeitos. Acho que tem que ser claro, foi o operador "tal", e em que período isso aconteceu. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 2. *Pedido de Informação n.º 29/13, do Vereador Renato Kranz*: Em matérias veiculadas na

imprensa local e site do Município, o Secretário de Obras Ademir Fachini tem afirmado que a reforma da Biblioteca Pública Municipal custará um terço do valor licitado pela Administração anterior, incluído um elevador que não estava previsto. Diante disso, solicita cópias: do projeto de ampliação e reforma do prédio da Biblioteca Pública da obra licitada e o projeto que será executado; memorial descritivo da obra licitada e o memorial da obra a ser executada; planilha orçamentária da obra licitada e a planilha da obra a ser executada, e os orçamentos do elevador que será instalado. *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Acho extremamente importante ter em mãos o projeto anterior que o governo não quer executar, as planilhas orçamentárias, bem como o projeto que o governo quer executar, para podermos fazer comparações. No momento que o governo diz que vai reformar, ampliar, e ainda colocar um elevador por um terço do valor, realmente o Márcio Reinheimer tem razão, há um gênio nisso tudo. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 3. *Pedido de Informação n.º 30/13, do Vereador Renato Kranz*: Em matéria veiculada no jornal Ibiá: Paulo Azeredo, desvios de funções não são ilegais, o Prefeito afirma que "em outra Administração tinha gente que não ia trabalhar". Diante disso, solicita informar: de qual Administração o Prefeito está se referindo, quais são os servidores que não compareciam ao trabalho e em que período os mesmos deixaram de trabalhar? *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Temos mais de mil e duzentos funcionários na ativa, fica muito preocupante quando ele diz que em Administração anterior, e aí queremos saber qual, se foi do Ivan Zimmer, do Ubirajara Mattana, da Madalena Bühler ou do Percival de Oliveira, qual foi a Administração que o funcionário não trabalhava, não comparecia ao serviço. Era CC ou era funcionário efetivo, concursado. Porque está recaindo, e tenho visto e conversado com os servidores, eles têm ligado, todos estão muito preocupados: "Será que eu estou sendo acusado de não ir trabalhar?" Enfim, acho importante sabermos o nome das pessoas. *Vereadora Rosemari Almeida:* Na qualidade de servidora pública municipal aposentada, me sinto ofendida, em nome dos meus colegas e em meu nome também. Uma declaração muito infeliz: "Em outra Administração tinha gente que não ia trabalhar". Também quero saber quem foi. Fui Secretária-Geral durante muitos anos, talvez até algum servidor vinculado à minha área, quero saber que período foi esse, quem é que não foi trabalhar. Isso é gravíssimo! Quando se afirma alguma coisa, não se consegue recolher as palavras ou passar uma borracha em cima do que foi dito. Parabenizo o senhor pela iniciativa e estou muito curiosa pela resposta. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 4. *Pedido de Informação n.º 31/13, da Vereadora Rosemari Almeida*: Tendo em vista as últimas notícias sobre a nomeação da funcionária Magali Augusta de Azeredo, e em conformidade com o boletim de pessoal do mês de janeiro dando publicidade à nomeação para o cargo de Diretora da Diretoria de Fiscalização Tributária da referida CC, qual a data da nomeação para o cargo? Desempenhou alguma atividade em outro setor? A partir de quando? Onde ela está trabalhando atualmente? Em que setor? A partir de que data ela passou a atuar na Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania? Por quantas secretarias já passou? Trabalhou na Procuradoria Geral do

Município? Quando? Enviar cópia de todas as portarias referentes à vida funcional da nomeada. *Em discussão, a Vereadora Rosemari Almeida:* Só discuto para dizer que acompanhamos pelo jornal essa colocação, mas quero uma resposta oficial para a Câmara. É a ferramenta que nós temos, porque podem até alegar algum engano em alguma informação, então, é importante que se tenha. Pelo que se viu no boletim, foi nomeada CC na Fiscalização Tributária, nunca foi lá, foi trabalhar na PGM porque é advogada. Acho importante que se tenha a ficha funcional toda aqui para saber, se de repente, até injustiça foi feita com ela, nós temos que esclarecer isso ou o que está acontecendo. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 5. *Pedido de Informação n.º 32/13, da Vereadora Rosemari Almeida*: Tendo em vista a informação de revogação da Concorrência 19/12, referente à contratação de instituição financeira para a prestação de serviços de pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares, dos servidores da Administração Pública Municipal e Câmara de Vereadores, pergunta: como se justifica o interesse público que motivou a revogação da referida concorrência, uma vez que tal ato já havia sido homologado, aguardando somente a assinatura do contrato? Tendo em vista a inclusão da folha de pagamento deste Legislativo no referido processo, por que não fomos informados com antecedência da decisão? *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Confesso que quando li o Edital, no jornal, aviso de cancelamento, de suspensão dessa licitação, me preocupei. Reli e custei a acreditar que o Executivo Municipal estava abrindo mão de um milhão e seiscentos mil reais sendo sabedor que o segundo colocado na licitação, foram dois bancos que participaram, ofertou quinhentos e cinquenta mil reais. É muito preocupante. Acho que o Prefeito precisa ser alertado disso, que se houver uma licitação com preço menor, o Prefeito realmente comete crime de improbidade administrativa, abre mão de receita. A nós, Vereadores, cabe um papel constitucional muito importante. Estou extremamente preocupado com isso. Acho que o pedido de informação é importantíssimo. **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 6. *Pedido de Informação n.º 33/13, da Vereadora Rosemari Almeida*: Quais materiais que foram deixados no banco de materiais da Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania pela Administração anterior? Encaminhar listagem completa. Alguns daqueles materiais já foram utilizados pela atual Administração? Em caso positivo, qual o destino dado aos mesmos? O que ainda resta no banco de materiais? Foi ouvido o Conselho Municipal de Habitação para qualquer destinação do banco de materiais? **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 7. *Requerimento n.º 15/13, do Vereador Dorivaldo da Silva*: Agendamento de reunião a fim de tratar sobre possíveis alterações no transporte público da localidade de Serra Velha, bem como a inclusão de linha na Travessa Antarctica, bairro Olaria. *Em discussão, o Vereador Dorivaldo da Silva:* Para esclarecer à comunidade, é uma reivindicação antiga do pessoal de Serra Velha, e a da Travessa Antarctica soube há pouco tempo. Na Serra Velha, seria para aumentar um pequeno trecho de três quilômetros, talvez um pouquinho menos. E, na Antarctica, aumentar o horário, pois só passa uma vez ônibus. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos.** 8. *Requerimento n.º 17/13, dos Vereadores Renato*

Kranz, Carlos E. de Mello, Márcio Müller e Gustavo Zanatta: Agendamento de reunião para tratar do projeto de execução do videomonitoramento no Município. *Em discussão, o Vereador Renato Kranz:* Estamos extremamente preocupados, e o Vereador Roberto manifestou isso com propriedade, com relação à segurança também na nossa cidade e que está atingindo o sul do País. Acho que precisamos fazer essa reunião porque precisamos saber, na verdade, qual é o projeto que o governo municipal quer. Se realmente quer colocar o motor do fusquinha em cima de uma Ferrari, ou o que o governo quer, precisamos saber. A Brigada Militar, com absoluta certeza, pela conversa que tive, não tem conhecimento nenhum, eles estão aguardando a implantação do projeto que foi licitado. Então, é importante, o mais rápido possível, que a gente possa fazer essa reunião e que o Executivo se faça presente. Temos feito requerimentos que o Executivo não tem comparecido, é peça fundamental a presença dele nesta reunião. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos**. 9. *Requerimento n.º 18/13, do Vereador Carlos E. de Mello*: Agendamento de reunião visando buscar alternativas para minimizar o número de acidentes de trânsito na zona urbana de Montenegro. *Em discussão, o Vereador Carlos E. Mello:* Fizemos este requerimento, ao qual peço apoio. A nossa cidade, nossa região, digo região, pois temos a RS que passa na zona urbana do Município, e a população, está sofrendo muito com essa situação. Se virmos as ruas hoje, qualquer reclamação sobre o trânsito: "Vamos colocar quebra-molas". Quebra-molas aqui, quebra-molas logo ali adiante. Hoje à tarde passei numa rua, o novo trajeto que foi feito para os caminhões que carregam areia, tem quatro quebra-molas e não dá uma extensão de cem metros. Agora, as placas para redução de velocidade não se enxerga. Na Rua Buarque de Macedo, que é o meu trajeto todos os dias, tem quebra-molas, redutores de velocidade, mas placas indicando trinta ou quarenta quilômetros por hora, nada. Então, vou andar, disparar; os acidentes, estamos vendo. Essa calamidade tem acontecido mais que em Novo Hamburgo, São Leopoldo, que tem quatro vezes mais população que a nossa cidade. Por isso, queremos essa ampla discussão e temos certeza que teremos o apoio de todos os Vereadores. Também, nesse dia, que todos os Vereadores compareçam, ou a maioria, quem puder, para podermos debater a situação, que está muito caótica no nosso Município. *Vereador Márcio Müller:* Parabenizo a iniciativa do Vereador e, realmente, o trânsito em Montenegro é uma brincadeira total! Muito empírico, não tem nada planejado, não tem uma linha definida, um dia a rua vai para um lado; no outro, já não vai mais para aquele lado. A situação é terrível e a solução de tudo parece que é quebra-molas. Temos que fazer um planejamento de trânsito, um planejamento verdadeiro para daqui a cinco, dez, quinze anos e colocar no papel para que funcione mesmo. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos**. 10. *Parecer da CGP n.º 005/13, favorável ao Projeto de Resolução n.º 002/2013, da Mesa Diretora,* que revoga o parágrafo único do art. 97 da Resolução n.º 74/1992-Regimento Interno (redação atas de reuniões). **Levado o Parecer à votação, foi aprovado por dez votos.** 11. *Requerimento n.º 19/13, dos Vereadores Joacir Menezes, Ari Müller e Maria Elis da Silva*: Solicita urgência na votação do Projeto de Lei n.º 04/2013, do Executivo, que o autoriza a firmar convênio com a Associação

das Escolas de Samba de Montenegro no valor de R$ 50.000,00 (Carnaval 2013). *Em discussão, o Vereador Joacir Menezes:* Se quiséssemos, teríamos, na semana passada, votado, aprovado, atropelado o Regimento e estava feito, isso já fizemos por muitas vezes. De qualquer forma, tenho a certeza da aprovação desse projeto, entendendo o benefício que traz, não só para quem realiza, mas para quem gosta do Carnaval. Parabenizo pelo evento, empenho e dedicação de vocês, das suas equipes, das suas diretorias, de todos os seus colaboradores nessa grande festa nacional, quase mundial. *Vereador Marcos Gehlen:* Todos nós, membros da CGP, que estivemos na reunião da quarta-feira, já sabemos do resultado desta votação. É apenas o início, pois estamos votando o pedido de urgência, no entanto, o Vereador Joacir acaba utilizando palavras como "atropelando o Regimento", isto é algo que fere. Vejo o pedido de urgência sem eficácia neste momento, não passa de mero "lobby", a fim de levar louros como se fosse protagonista de uma ação quando, na votação da CGP, nem presença fez. Lamento que ainda haja esse tipo de comportamento na Casa, mas estamos aí para combater, para denunciar. Vou me abster de votar este pedido de urgência porque, repito, como nós todos sabemos o resultado da votação, ele não tem mais razão de ser. A minha ideia era pedir uma questão de ordem para nos reunirmos na sala de reuniões por alguns momentos e que os proponentes retirassem este pedido, porque ele não tem mais sentido, uma vez que a votação da CGP já está apontando o resultado e todos os Vereadores já conversaram a respeito. Então, manifesto meu repúdio a esse tipo de comportamento e a minha abstenção nesta votação. *Vereador Ari Müller:* Semana passada, se não entrássemos com pedido de urgência, não teria garantia de este projeto ser votado hoje. O senhor sabe muito bem disso. A quebra do Regimento foi feita umas quatro ou cinco vezes no último mandato. Houve quebra de Regimento Interno, foi votado, inclusive um foi quando eu era presidente da Câmara. Para nós termos a garantia desse projeto ser votado hoje, tinha que ter o pedido de urgência. O Regimento diz o seguinte, entra com a urgência numa semana e ela é votada na semana seguinte. Não é "lobby" nenhum e eu também não retiro o pedido de urgência. Se o senhor quer se abster, é um direito que tem, não tem problema nenhum. Agora, deixo bem claro que para termos a certeza de ser votado tinha que entrar como urgência na semana passada. *Vereador Dorivaldo da Silva:* Só para fazer alguns esclarecimentos, porque muitas pessoas aí fora estavam comentando que este Vereador era contra. Cheguei a falar que eu era contra, não ia votar favorável se não viessem os esclarecimentos que pedi. Mas tanto o Alex Sandro Silva de Vargas-Chico como o Manoel Dorvani da Silva sabe que sou parceiro. Todos os requisitos que queríamos vieram. Para mim, está mais do que esclarecido. Poderia me abster também. Acho que o Vereador Tuco até está com certa razão, mas posso votar tranquilo, esta urgência, até porque tanto faz, como ele falou, o resultado já está formado. Era contra do jeito que estava; mas sou favorável do jeito que está. *Vereador Márcio Müller:* Recebi telefonemas durante a semana, inclusive no domingo, dizendo que eu era contra o projeto. Jamais serei contrário a projeto de repasse de recurso para o Carnaval, sou favorável a todas as manifestações populares e acho que eles entenderam mal porque não havia minha assinatura no pedido de urgência, aliás, nem fui

consultado, não fui convidado para assinar o pedido. Se fosse convidado, teria assinado. *Vereadora Rosemari Almeida:* Também discuto a urgência pelas colocações que foram feitas. Digo para os senhores carnavalescos que, assim como cobramos que as leis sejam seguidas no Executivo, nós temos que dar o exemplo aqui. Enquanto eu estiver Presidente nesta Mesa, não vou atropelar lei nenhuma. Vereador Ari, o senhor citou que uma vez o senhor atropelou o Regimento, isso é problema seu. Agora, aqui foi seguido o artigo noventa e nove, parágrafo primeiro, nisso que nos baseamos, e não impossibilitando o Carnaval. Com compromisso que votaríamos a urgência e, logo após, o projeto nesta noite. E é isso que vai acontecer. Vocês verão o resultado. Não adianta chegar aqui, jogar confetes e enganar as pessoas. Seguimos, sim, a lei, esse é o nosso compromisso, por isso nos colocaram aqui. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por oito votos, com a abstenção do Vereador Marcos Gehlen.** 12. *Parecer da CGP n.º 006/13, favorável ao Projeto de Lei n.º 04/2013 (com Mensagem Retificativa), do Executivo,* que o autoriza a firmar convênio com a Associação das Escolas de Samba de Montenegro no valor de R$ 50.000,00 (Carnaval 2013). *Em discussão, Vereador Carlos E. Mello:* Vejam, senhores, a importância do não atropelamento do Regimento. O projeto tinha falhas, não tinha parecer do Conselho Municipal de Cultura-CMC e foi pedido. Na CGP, mesmo sem o parecer, foi aprovado, mas com a condição do Prefeito enviar o parecer até o início da Sessão. Foi isso que aconteceu e por esse motivo estamos totalmente favoráveis. Sempre votamos favorável, gostamos muito da festa de Carnaval. *Vereador Renato Kranz:* Não poderia, sob hipótese nenhuma, pelo meu passado na gestão pública, votar contra o Carnaval de Montenegro, nós lutamos muito, trabalhamos muito durante nossa gestão como Secretário pelo Carnaval de Montenegro. Chegamos, no ano passado, a quinze mil reais para cada escola. Tínhamos colocado no orçamento para esse ano dezessete mil reais para cada escola. Não teria como votar contra, mas, evidentemente, que queremos as coisas de acordo com a lei. Fui o primeiro Vereador a alertar quando o projeto chegou aqui completamente errado, quando dizia "até cinquenta mil reais". Hoje estamos garantindo cinquenta mil reais para as Escolas de Samba de Montenegro. O governo queria "até cinquenta mil reais", poderia dar mil reais para cada uma. Nós olhamos o projeto e vimos o primeiro erro gravíssimo, que o governo corrigiu com mensagem retificativa. Sou plenamente favorável. *Vereador Márcio Müller:* Também me manifesto favorável ao projeto e corroboro com as palavras ditas pelo Vereador Renato, de que a interferência dos Vereadores foi muito positiva, porque garantiu cinquenta mil reais para as escolas. Se não fosse dessa forma, poderia o Executivo dar um ou dois reais, até cinquenta mil reais. Então, a interferência dos Vereadores foi muito importante. *Em discussão, o Vereador Ari Müller:* Realmente, o projeto veio com erro, sim, até cinquenta mil reais está errado. Como no passado votamos vários projetos três ou quatro vezes, votando em urgência, aí estava errado e depois tínhamos que votar de novo porque veio errado. Não é a primeira vez que vem um projeto errado. Votei muitos projetos errados nesses oito anos e tive que votar novamente. Casualmente, para o bem, foi visto esse aqui. Agora, dizer que poderia dar mil reais para vocês! Vocês sabem que isso não é conversa de gente

grande, de adulto, porque vocês sentaram lá e conversaram com o Prefeito e sabem que não seriam mil reais que ele iria dar para vocês. *Vereador Marcos Gehlen:* Lamentável esses debates estéreis que acontecem na Casa muitas vezes, esse é o ônus de quem tem um cargo de representação e tem que se posicionar. Os senhores verão que o meu voto na CGP, a qual estive presente porque sou membro titular, minha responsabilidade é vir à reunião e votar, mas me abstive, comentei com o Vereador Dorinho que estava na minha frente naquele dia e ele disse compactuar comigo. Não estava confortável para votar naquele dia por uma série de fatores. Olho aqui para o meu amigo Rodrigo Côrrea, que participa também de Conselhos Comunitários, tem que respeitar que ouvir os Conselhos. Abstive-me de votar no dia, na CGP, por estar desconfortável e acredito que graças a esse posicionamento, também, o Executivo se mobilizou, se movimentou e foi atrás do que precisava, foi procurar o Conselho, reuniu em caráter de emergência o CMC e enviou para nós o parecer que solicitamos. Ainda acho que o plano de aplicação não está bem feito, não diz quanto cada escola vai ganhar. Gostaria muito de saber quanto cada uma das escolas vai ganhar e se é paritário, porque é recurso público e deve ser distribuído de forma igualitária, não pode uma escola ganhar mais e outra menos, contudo, respeito e decisão do CMC, que votou pela aprovação do plano de aplicação e o máximo que poderia acontecer se esse pedido de urgência fosse negado, esta votação se estender um pouco mais, o Carnaval aconteceria igual e seria pago por ressarcimento, que estamos cansados de ver acontecer em Montenegro. Um erro não justifica o outro, se foi feito errado no passado, não pode mais ser feito, por isso que estamos aqui. Agora estou apto a votar, com toda documentação em dia, embora, repito, acho que deveria vir discriminado o valor para cada escola. Sou favorável, sempre fui favorável ao Carnaval montenegrino, não é agora que vou ser diferente. Graças a esse posicionamento firme, que é também marca do nosso trabalho, do nosso mandato, é que veio toda documentação para cá, a CGP se posicionou, se não tivesse vindo não votaríamos. O Carnaval vai ser um sucesso mais uma vez, graças ao empenho de vocês. *Vereador Joacir Menezes:* Vou jogar mais um pouco de confetes e purpurinas aqui, porque cada um quer fazer o seu sambado, mas isso é uma coisa normal, no campo das palavras, no regime democrático. "Olha, nós estamos com vocês!" Um fala de um jeito, outro de outro, todo mundo pensa da mesma forma, da concepção de aprovar. Poderia ter sido atropelado? Poderia. Foi por vários e projetos importantíssimos para a cidade, para o desenvolvimento, para a comunidade foram atropelados e foram bem sucedidos. Já houve projetos que entraram de tarde e nós votámos de noite, sem prejuízo para ninguém. Na CGP, Vereador Marcos, vem o titular ou o suplente. Quando o titular não vem, comunica a Casa e esta providencia. O senhor sabe como funciona. De qualquer maneira, terminou, vai ser aprovado, usem, tenho certeza que vai ser da melhor forma possível, vai haver a prestação de contas. Ano que vem tem de novo. E o Carnaval, os confetes e as purpurinas vão vir de novo, e a discussão tudo a mesma coisa. É um consenso da maioria, que se invista mais, se destine mais recursos de uma forma bem aplicada para uma festa cada vez melhor. *Vereador Roberto Braatz:* Não sou de jogar confete e purpurina. Sou diferente, quero dizer olhando nos olhos

dos carnavalescos, vou votar contra. Contra o Carnaval? Não. É para forçar, e eu discutia isso com os colegas Vereadores, é a maneira de forçar a ter uma organização, uma atividade permanente. Acho até que os valores que estão aqui são altos, comparativamente ao encaminhado para outras entidades, outros eventos que temos em Montenegro. Respeito vocês e, olhando nos olhos de vocês, porque não sou de fazer algo por trás, não jogo confete, purpurina, não. Voto contrariamente, porque acho que está mais do que na hora de um repactuamento dessa relação público-carnaval em Montenegro, de incentivar e de induzir a uma atividade permanente e não só em curto tempo. Respeito todos vocês, sempre votei a destinação de recurso, mas acho que, neste momento, repito, fazendo um levantamento, relembrando a destinação de recurso para vários segmentos/eventos, penso que esse está superior na comparação com outros. *Vereador Gustavo Zanatta:* Acho que isso serve de lição para que num próximo ano a gente não se abstenha. É mais interessante um maior detalhamento da parte de vocês, com relação a explicações, assim como o Vereador Marcos falou. Acredito que seja uma grande verdade. Foi o que conversei com o meu assessor hoje à tarde, em relação ao cinquenta mil reais, mas o que é que está incluído, é material, para quem vai, quais escolas? Para que esse assunto não se estenda, num próximo ano, é interessante que venha um detalhamento todo explicado da parte de vocês, já que é de importância para vocês que se fazem presentes e de toda a comunidade. Com detalhamento explicando, e com antecedência, acho que daí hoje não precisaríamos entrar numa discussão mais séria. Mas aprovo, em relação à questão do orçamento, esperando que, da próxima vez, seja maior justificado. *Em atendimento à solicitação do Vereador Marcos, a Presidenta fez leitura dos nomes dos membros da CGP que assinaram o respectivo parecer: Vereadores Rosemari, Márcio, Ari e Marcos. Em Questão de Ordem, o Vereador Marcos Gehlen:* Os membros da CGP são cinco, só quatro estavam presentes. *Vereador Joacir Menezes:* Deu quórum? Deu quórum. *Presidenta, Vereadora Rosemari Almeida:* Se o Senhor Vereador conhece o Regimento, sabe que deu quórum, se não conhece, lhe explico que deu. **Levado o Parecer à votação, foi aprovado por oito votos, com voto contrário do Vereador Roberto Braatz.** 13. *Emenda subscrita por todos os Vereadores ao Projeto de Lei n.º 04/2013, do Executivo,* suprimindo, do art. 3.º, o texto: "podendo ser prorrogado". **Levado a Emenda à votação, foi aprovada por nove votos.** 14. *Parecer da CGP n.º 007/13 (com emenda), favorável ao Projeto de Lei n.º 06/2013, do Vereador Marcos Gehlen,* que institui a "Semana da Mulher Montenegrina" e dá outras providências. *Em discussão, a Vereadora Rosemari Almeida*: Não poderia deixar de, em nome das mulheres montenegrinas, agradecer sua iniciativa, já que represento, nesta Casa, neste Poder Legislativo, o sexo feminino, com muito orgulho. Parabéns pela iniciativa. Muito obrigada por esta atenção especial, instituindo a Semana da Mulher Montenegrina. Tenho certeza que muitas atividades acontecerão. Mesmo não tendo voto, conte com meu pleno apoio a esta iniciativa. *Vereador Renato Kranz:* Extremamente importante e oportuno, neste momento, termos uma semana que a comunidade possa refletir sobre a mulher. Parabenizo o Vereador Marcos pela iniciativa. Ouvimos notícias diárias com relação às agressões às mulheres e,

na nossa cidade, acontecem muito. A partir do advento da Lei Maria da Penha, evidentemente a mulher se sentiu mais segura em poder denunciar os agressores. Para mim tem um significado extremamente importante porque, na minha vida profissional, em meus trinta anos como educador, a grande maioria dos colegas de trabalho são mulheres, e tendo trabalhado como Secretário de Educação com a grande maioria de mulheres, e vejo o carinho, amor, afeto da mulher pelo outro, o altruísmo, o se doar. A educação, como sempre disse para os meus comandados, meus diretores e professores, educar é um ato de amor. Agradeço-lhe, Vereador, pela oportunidade de dedicar este voto à minha esposa, a Professora Rosângela, que está aqui presente em nome das mulheres do nosso Município. **Levado o Parecer à votação, foi aprovado por nove votos.** *Encerrada a Ordem do Dia, passou-se às Explicações Pessoais.* **Vereador Marcos Gehlen:** Inicio minha última participação nesta sessão profícua, nove e meia da noite e estamos trabalhando e há quem diga que vereador não trabalha. Faço leitura do nosso requerimento para instauração de uma CPI para tratar do que poderemos chamar de a CPI do PSH Bela Vista: Os Vereadores abaixo, com assento nesta Câmara de Vereadores, com base nos artigos trinta e um da Lei Orgânica Municipal e cinquenta e um do Regimento Interno, vêm por meio deste solicitar a instalação de uma CPI para apurar os seguintes fatos: a habitação popular ou de interesse social no âmbito do Município há muito vem sendo discutida pelo poder público. Nos idos de dois mil e dez e dois mil e onze, foi implementado em nosso Município o Programa Social de Habitação-PSH, modalidade tripartite, para construção de casas populares no Loteamento Bela Vista, bairro Estação. Ocorre que, desde sua gestação, o programa apresentou falhas de planejamento e execução, contudo, várias famílias montenegrinas, moradoras de áreas de risco, foram realocadas para aquele loteamento. Como já poderia se prever, os problemas começaram a surgir de imediato. De lá para cá, só fazem agravar a situação dos cidadãos para lá transferidos. Esses são, em sua maioria, recicladores e pessoas de baixa ou nenhuma renda e que vivem de serviços temporários, necessitando de atenção especial por parte do Município. Não obstante a isso, foi projetada a construção de um galpão de reciclagem para atender as necessidades daquele povo, o que também não aconteceu. Fazendo com que os trabalhadores depositem o material recolhido nos próprios terrenos, transformando os seus pátios em verdadeiros depósitos de lixo, propiciando a proliferação de insetos, roedores, répteis e outras pragas. Tal situação mostrou-se tão grave que, no ano de dois mil e doze, o Ministério Público impetrou uma ação civil pública a fim de responsabilizar os atores envolvidos naquilo que entendemos como desperdício de dinheiro público, favelização das pessoas e desrespeito com a dignidade do ser humano, quais seriam: Município, Empresa Projeto Cidades e Banco Economisa, entidade financiadora do empreendimento. Mesmo com todas as iniciativas já realizadas pelos mais diversos atores, inclusive vereadores de forma individual, a situação persiste e até mesmo o Tribunal de Justiça não tomou nenhuma posição com relação ao assunto, inclusive sem data definida para julgamento do processo que segue junto à Primeira Vara Cível. Entendemos que nossa função, enquanto representantes da comunidade e fiscalizadores dos recursos públicos, bem como

agentes garantidores dos direitos dos cidadãos, é protagonizar uma ação de impacto e com efetiva intervenção no que tange a solucionar o problema que causa vergonha à cidade de Montenegro. Nosso objetivo está em reunir o maior número possível de documentos, depoimentos e outros elementos que apontem as causas e efeitos de tamanha negligência. Portanto, contamos com o apoio dos nobres colegas no intento de averiguarmos, com a mais profunda intensidade, os responsáveis, a fim de chamá-los à responsabilidade, apontar alternativas e corroborar para a promoção da reparação e urgente solução da questão. Montenegro, quatorze de fevereiro de dois mil e treze. Assinam os Vereadores: Marcos Gehlen e os demais que quiserem se unir a essa iniciativa, que penso ser algo plausível, importante para o nosso Município. Feita essa parte mais importante, preciso lançar algumas luzes sobre algumas falas feitas. É o campo das ideias, das divergências. Classifico como lamentável a tentativa do Líder de Governo, Ari Müller, em confundir a opinião pública e denigrir a nossa imagem, que realizamos uma Presidência proativa, democrática, elogiada por todos os veículos de comunicação do Município. Na verdade, havia a necessidade legal de renovação de contrato com as entidades financeiras que realizam a folha de pagamento da Câmara. Essa é uma ação meramente administrativa que compete ao presidente da Casa, que é o ordenador de despesas, dispensando a consulta prévia aos demais. Os que foram presidentes sabem disso. Todo o processo ocorreu com o aval do jurídico da Casa e da Delegações de Prefeituras Municipais-DPM, empresa que presta assessoria. E mais: nós acabamos por economizar com essa ação um dinheiro público, o que é bom para o princípio da economicidade no Poder Legislativo. Por fim, não fui eu que errei nessa ação, e a história e seus desdobramentos provarão isso. Fizemos tudo o que deveria ser feito, no momento que deveria e com total lisura. Se não houve a divulgação correta dentro da Casa, é lamentável, é uma pena que ocorreu, mas também, muitas vezes, os Vereadores devem buscar as informações, como já dizia um amigo meu: "Quer serviço? Pega na enxada." A bancada ruralista bem sabe disso. Não tem como sabermos das coisas se não procurarmos as informações. Desde que adentramos a esta Casa, em dois mil e nove, fomos sempre contrários à quebra do Regimento Interno e na nossa Presidência isso não ocorreu. Se houver outra oportunidade, certamente também não ocorrerá. **Vereador Ari Müller:** Só para fazer alguns esclarecimentos, ouvirmos os dois lados. Fico meio surpreso, porque temos hoje quarenta e quatro dias de governo, em ver a cobrança de alguns Vereadores. Tem o direito e o dever. O Vereador Renato esteve oito anos no P
oder. O candidato dele a Prefeito em dois mil e quatro, assim como o meu e os demais, prometeu câmeras de videomonitoramento. Em oito anos não fizeram. Agora estão em cima que em quarenta e quatro dias tem que fazer. Quem não fez em oito anos que reclamar de quarenta em quatro dias? Tem que ser revisto sim, não tem dinheiro. Ficou em torno de dois milhões de reais de projetos, alguns empenhados, outros não. Cem mil reais para dezembro: não foi pago e não tem a previsão para este ano, o que tem é do restante. É muito fácil hoje vir aqui e dizer que tem que fazer isso e aquilo. A folha de pagamento foi leiloada, mas não foi assinado o contrato. Hoje a Caixa Econômica Federal-CEF se nega em assinar o

contrato. Quer fazer nova licitação e garantiu ao Prefeito que vai manter o mesmo valor. A Administração passada entrou na justiça contra a CEF por não ter assinado. Fizeram a licitação e venderam a folha, deveriam ter assinado o contrato. Se realmente agora isso for água abaixo, então não são dois milhões de reais, mas três milhões sem previsão de pagamentos. Não sei se o senhor nunca teve dificuldade financeira, acho que é um homem honrado, que paga suas contas, como vai fazer e não pagar? Tem que pagar. Tem que ter dinheiro e não tem. Muito bem lembrado pelo Vereador Braatz, que nesses oito anos fez reunião aqui, estive presente, trouxe o pessoal de São Leopoldo para explicar sobre as câmeras e o Executivo não se fez presente. O Executivo nunca se interessou, deixou perder trezentos e cinquenta mil reais de uma verba de gabinete do deputado Paulo Azeredo no ano passado, a fundo perdido, que pagaria mais da metade dessas câmeras. Hoje, vir aqui e cobrar? A bandidagem talvez só tenha existido do dia primeiro de janeiro para cá. Antes não tinha bandido, assalto a banco, não tinha nada. Ora, um esclarecido como o senhor, Vereador! Se o senhor fosse um babaca! Mas vir jogar isso aqui, um diretor de escola, um homem com nível superior, secretário por oito anos. Jamais esperava que o senhor fosse dizer aqui o que está dizendo. Se o seu governo durante oito anos não se interessou em votar, agora quer cobrar de nós em quarenta e quatro dias. Nos dê um prazo, porque o seu governo fez dívida e não pagou. Se essas câmeras forem instaladas têm que ser pagas! Vereadora Rose, quanto à reforma da Biblioteca, sei que a senhora conhece muito bem aquilo lá, porque, como a senhora mesma disse aqui da Tribuna, quem a jogou lá, tirou da PGM, foi o Professor Renato, e sei que a senhora trabalhou lá bastante tempo e conhece realmente. Se realmente usou o guarda-chuva, tem que ser sanado. Mas tem que ser revisto. Precisamos de dinheiro para pagar. Como vamos licitar e fazer se não temos dinheiro para pagar? O que mais me causa surpresa é que em oito anos não fez e vem cobrar do outro em quarenta e quatro dias. É aquele ditado: "Faça o que eu digo, mas não faça o que eu fiz!" Aqui, deveria ser: faça o que eu digo e o que fiz. Tem que assumir os atos errados. Poderia ter aproveitado ano passado os trezentos e cinquenta mil reais a fundo perdido. Não fizeram. Para esclarecer, vocês *(plateia)* têm que ouvir para conhecer a realidade, o outro lado da moeda. Não iria usar a Tribuna, mas irão sair daqui: "Pô, os bandidos estão atacando!" Realmente, é um problema sério. Em Arroio dos Ratos aconteceu essa matança de bandidos, o meu cunhado morava em cima dessa agência bancária, ele saiu há uns três meses. Na outra, tremeu toda a estrutura e, agora, arrebentou. O prédio, inválido. Quem vai pagar esse prejuízo para o proprietário? E eles estão soltos! Necessidade urgente de o governo do estado tomar uma posição mais rígida em relação a isso. É que os Direitos Humanos protegem o bandido. Hoje, muitas vezes, o homem de bem está enjaulado, atrás das grades, enquanto o bandido está solto. As câmeras vão sair, isso eu garanto, e muito antes dos oito anos. Sairão este ano ainda. **Vereador Márcio Müller:** Ocupo a Tribuna para dizer que a felicidade de vocês, que fazem parte do Carnaval, é a mesma que a minha. Não é nem questão de jogar confete, mas porque sei como é difícil fazer alguma coisa por conta própria. Vocês não têm recurso nenhum, muitas vezes têm de tirar do bolso para fazer e dispender

bastante tempo. Só aqui na Câmara o Alex Sandro Vargas-Chico veio três vezes, aflito que o projeto não tinha vindo, da primeira vez; aflito que não tinha sido votado, da segunda vez; e hoje sai feliz por poder fazer o seu Carnaval, no sábado. O Carnaval corre na veia de vocês, isso é muito importante, que tenha essa manifestação todos os anos e até porque é um feriado nacional, de tão importante que é o Carnaval nosso país. Eu, que faço futebol, que também gosto muito e muitas vezes tiramos dinheiro do bolso para fazer ou participar de um campeonato. Parabéns para vocês! **Vereador Renato Kranz:** A vida ensinou-me uma coisa: cada ponto de vista é a vista de um ponto. Vereador Ari, Líder de Governo, quero lhe dizer que o governo passado, o qual defendo, assinou o contrato para as câmeras de videomonitoramento. Pedi que o senhor olhasse o Pregão Presencial número sessenta e um, quando iniciou o processo das câmeras, assinado o contrato com empresa no dia dezoito de dezembro, e quando encerrou todo o processo licitatório. O senhor sabe que um processo licitatório não inicia hoje e acaba amanhã. Vou lhe contar e o senhor, como Líder de Governo, vai sofrer isso na carne, ter processos licitatórios que levam mais de um ano, porque têm ações judiciais que são permitidas. A Lei n.º 8.666/93, das licitações, quer a transparência total. É muito importante dizer que o governo fez, sim, todo o processo para as câmeras. Também é importante dizer que a Presidenta trabalhou no Executivo por muitos anos e sabe como funciona. De que não existe nenhuma possibilidade de assinatura de um contrato sem ter sido empenhada a despesa. E nenhuma despesa pode ser empenhada se não tiver o recurso orçamentário. Se isso acontece, é improbidade administrativa. Quero lhe dizer mais: fiz um pedido de informação nesta Casa e veio a resposta da Secretaria Municipal da Fazenda-SMF. O senhor sabe quanto dinheiro ficou em caixa? Recurso livre e recurso vinculado? Quase onze milhões de reais. De recurso livre: mais de cinco milhões de reais. Nesta Tribuna, o então Secretário da Fazenda Júlio Hoffmeister leu, o senhor estava presente, conta por conta, e nós pedimos que especificasse: recurso livre, recurso vinculado e todos os fundos. O governo Percival deixou mais de vinte milhões em caixa para o próximo governo. Posso lhe mostrar esses documentos. Existe recurso sim. O recurso empenhado para as câmeras de videomonitoramento, contratadas no dia dezoito de dezembro. O governo foi até o dia trinta e um, não terminou na metade do ano, e ele tem todo o direito de exercer sua função de prefeito até o último dia. E o Paulo Azeredo deverá fazer a mesma coisa, até o dia trinta e um dezembro de dois mil e dezesseis. Para isso foi eleito, e o prefeito Percival e os anteriores foram eleitos para executar o mandato até o último dia. O prefeito Percival assinou o contrato no dia dezoito de dezembro, e a execução ficou para os primeiros dias de janeiro, que o seu governo quer rever. Tem todo o direito de rever, ninguém está dizendo o contrário, apenas queremos as câmeras de videomonitoramento com base técnica. Não queremos, a sociedade não quer, ninguém vai aceitar o motor de um fusquinha numa Ferrari. **Vereadora Rosemari Almeida:** Como não terminei os comentários sobre a Biblioteca Pública, que me preocupei extremamente hoje depois das infelizes declarações no jornal e diante do que vi no local. Continuando: "Azeredo também tem ideias novas a respeito da guarda de livros. Segundo ele, existem dezenas de

livros repetidos e outros que raramente são solicitados pelo público. Lá também estão guardados arquivos encadernados de vários jornais. Será que precisa ficar tudo ali? Quem sabe deixamos dos últimos anos e os demais guardamos em outros espaços adequados?" Que piada! Os jornais amarelados são guardados com o maior carinho. Vocês não imaginam o cuidado que os funcionários têm na hora de juntar aquelas folhas despencando, com mais de cem anos, e mandar para uma encadernação. Ali, Vereador Ari, está a história de Montenegro. Se um cidadão quiser fazer uma consulta: "Quem foi o prefeito no ano tal?" ou a história, não tem aonde ir. Que pouco caso da nossa história, da nossa vida. Deixar de alguns anos e levar o resto para onde? Piorou quando ele disse: "Equipamentos de som, itens de limpeza e outros materiais que não estão relacionados diretamente com as atividades da Biblioteca Pública não precisam ficar nesse espaço. Para acomodá-los, Paulo Azeredo pretende construir, na área destinada inicialmente para o Centro Administrativo na Timbaúva, um CETEC operacional. 'Todas as Secretarias possuem os seus depósitos de materiais. Vamos reunir isso tudo num só local, otimizando espaço em várias repartições'." Ele está tão equivocado. Ele nunca entrou na Biblioteca para dizer isso. Imagino que tenha ido naquele prédio que estava sendo locado na rua Buarque de Macedo, onde a Biblioteca estava se instalando, e lá sim tinha material de limpeza porque é todo o material do Teatro Roberto Atayde Cardona, pilhas de papel higiênico, mas não era da Biblioteca. O teatro está em reforma, vão colocar onde o material? Um que o servidor Valtemir Pereira usa lá no Teatro: dá para reformar o Teatro e deixar os aparelhos de som dentro? Tinha que ir junto para lá! Esse é o aparelho de som. Que desconhecimento, que pena isso que o Prefeito fez. E pena maior: vão até o antigo restaurante. Eu fui lá. Não tem lugar para fazer consultas. As pessoas que vão pesquisar não tem lugar. Tem três mesinhas, não tem condições de caminhar no meio dos arquivos, das prateleiras. Vão até o ginásio Domingão que ainda, por azar, destelhou uma parte agora e com a chuva de sexta-feira as mesas grandes de consulta, da Biblioteca Pública, todas estão estragadas. Não dá para aproveitar. Choveu em cima e as pombas sujando tudo. Será que algum cidadão fica satisfeito em ver isso? Isso é economizar dinheiro? Acharam caro o aluguel. Não questiono o valor, nem sei qual é, mas a preocupação com esses livros, com os quarenta mil exemplares? Se perdermos isso? Em novembro de dois mil e doze a Biblioteca Pública comemorou sessenta e três anos de atividade. Aí assume um Prefeito que quer destruir o que tem na Biblioteca? E tem mais: estamos promovendo uma reunião em decorrência daquela tragédia que aconteceu em Santa Maria, querendo dar segurança nas nossas casas, aos clubes, e a Prefeitura na contramão. Aquele prédio está ruindo e colocando em risco. Quero saber, Líder de Governo, cadê o alvará dos bombeiros para funcionar ali. Vá até lá amanhã e olhe o pequeno início de incêndio que deu no forro esta semana. Deu um curto numa lâmpada de tanta água que tem em cima. Neste momento que queremos rever a situação dos locais seguros, a Prefeitura desloca a Biblioteca para dentro daquele lugar. Qual é o valor que tem o ser humano neste momento? Não só os servidores, mas as pessoas que irão lá fazer a sua pesquisa e todo o acervo existente ali. Prefiro que pague aluguel a deixar esse risco. Nem arrumaram o telhado ao lado do ginásio Domingão. Tem

uma pilha de livros com lona preta e tijolos para não levantar voo. Lá está todo o museu literário. Cultura, "Cidade das Artes". Não poderia deixar passar esta noite sem falar nisso. Quando verifiquei aquela marca preta no forro me informaram que tinha sido um curto em função da lâmpada e de muita chuva em cima. Será que dá para calar diante disso? Nós querendo tirar as pessoas dos locais de risco e eles jogando lá dentro. É lamentável. Quero um desdobramento rápido para isso. Vereador Ari, que o senhor leve esse recado em poucas horas. Tire toda aquela estrutura que foi para lá. Não tem valor que pague a nossa história, a vida da nossa comunidade. Tivemos um alerta, as pessoas todas se alertaram com aquela triste tragédia de Santa Maria. Outra coisa: sem data para iniciar a Biblioteca! Mas o ano letivo já está começando, não terá local de consulta? Outro dado muito errado: "Em média eram atendidas diariamente de vinte a vinte e cinco pessoas." Não! São atendidas diariamente de sessenta a cem pessoas, no período de menor movimento. Período de maior movimento, de março a julho, até cento e cinquenta pessoas. Coloquem lá dentro, com aquela única porta para sair, esse número de pessoas e deixa acontecer alguma coisa com aquele telhado. E daí? Espero que o Prefeito Paulo Azeredo seja sensível e reveja. A intenção de economizar, tudo bem. Mas avaliem o que é melhor: pagar aluguel ou o risco de toda essa situação? *Encerradas as Explicações Pessoais,* a Presidenta convidou os Vereadores para reunião da Comissão Geral de Pareceres, na terça-feira, às oito horas e trinta minutos, e para Sessão Ordinária, na quinta-feira, às dezenove horas, encerrando a presente sessão às vinte e duas horas e cinco minutos, lavrando para constar esta ata. *Sala de Sessões, 14 de fevereiro de 2013.....*

Ver. Márcio Müller
1.º Secretário

Ver.ª Rosemari Almeida
Presidenta